

**Conselho Nacional de Justiça**



**CIDADANIA**

**CUIDADO EM  
SAÚDE MENTAL PARA  
PESSOAS EM CONFLITO  
COM A LEI**



**FAZENDO JUSTIÇA**



**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

## Breve descrição

A dificuldade de acesso da população privada de liberdade a políticas de saúde se contrapõe à universalidade do Sistema Único de Saúde, à necessidade básica de tratamentos de doenças e infecções e à premissa de que saúde contempla o bem-estar físico, mental e social. Assim, o fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) é fundamental para assegurar esse direito constitucional a todas as pessoas presas. No âmbito da saúde mental, propõe-se reestruturar a aplicação das medidas de segurança a partir do paradigma de proteção dos direitos fundamentais e de atenção integral articulada com o SUS, em harmonia com a Lei nº 10.216/01 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, qualificando a atuação do Poder Judiciário na garantia de atenção e cuidado em saúde mental das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei.

## Entregas principais

- ✓ **Qualificação da atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei** por meio da produção de normativa nacional e manual com modelo orientador sobre fluxos e possibilidades de cuidado em saúde mental nos territórios.



## Ações previstas

- Mobilização e realização de parcerias estratégicas para elaboração de plano de ação para fortalecimento da PNAISP, com especial atenção às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei
- Produção normativa
- Elaboração de manual
- Fomento de programa nacional de atenção integral destinado a pessoa em sofrimento mental, com estruturação de parâmetros, fluxos e serviços que possam prever medidas de acompanhamento e desinstitucionalização
- Realização de processos formativos
- Pactuação de fluxos locais

# ETAPAS



## NACIONAL

### CNJ

- Elaboração e publicação de normativa do CNJ destinada ao tratamento de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei
- Elaboração de manual para orientação dos(as) magistrados(as) e demais profissionais do Poder Judiciário sobre atenção e cuidado em saúde mental das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei
- Realização de evento internacional
- Realização de processos formativos
- Monitoramento da implementação da normativa do CNJ

## ESTADUAL

- Articulação com os atores locais (Poder Judiciário, outros atores do Sistema de Justiça e Poder Executivo estadual e municipal) para apresentação da ação
- Formação de Grupo de Trabalho local: normatização de fluxo no território e fomento a processos de desinstitucionalização
- Implementação do fluxo pactuado
- Monitoramento do processo de implementação e produção de dados
- Envio dos dados anualmente para o DMF/CNJ com referência à normativa nacional
- Fomento para implementação de equipes conectoras, em consonância com a Portaria GM nº 94 e 95 do Ministério da Saúde
- Fomento para implementação e fortalecimento das equipes da PNAISP e respectivos grupos condutores

## MUNICIPAL

- Articulação, em âmbito municipal, com a rede de saúde (RAS, RAPs) e assistência social (SUAS) para apoio às ações destinadas às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei
- Articulação para atuação das equipes conectoras e dos grupos condutores, em consonância com a Portaria GM nº 94 e 95 do Ministério da Saúde
- Articulação para implementação e fortalecimento das equipes da PNAISP e respectivos grupos condutores



Saiba mais sobre  
o Fazendo Justiça  
e acesse o mapa  
das ações



FAZENDO JUSTIÇA

## » Produtos e Entregas

### Nacional

CNJ  
DMF e PNUD

Ato Normativo do CNJ destinado ao tratamento de pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei

Manual para orientação dos(as) magistrados(as) e demais profissionais do Poder Judiciário sobre atenção e cuidado em saúde mental das pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei

Seminário internacional sobre o tema e processos formativos sobre a temática

### Estadual

Tribunais, outras instituições do Sistema de Justiça e Poder Executivo Estadual

Grupo de Trabalho para normatização de fluxo local e fomento de processos de desinstitucionalização

Produção de dados e envio ao CNJ

Processos formativos locais

### Municipal

Comarcas, outros atores do Sistema de Justiça e Poder Executivo Municipal

Grupo de Trabalho com a rede de saúde (RAS, RAPs) e assistência social (SUAS) para apoio às ações destinadas às pessoas em sofrimento mental em conflito com a lei

Implementação de equipes conectoras

Implementação e fortalecimento das equipes da PNAISP